

A Educação do Campo como contraponto ao colonialismo digital em território camponês

Field Education as a counterpoint to digital colonialism in peasant territories

Kauã Arruda Wioppiold * 

Ane Carine Meurer * 

Resumo

O campo é reconhecido como um local diverso, formado por identidades territoriais que se inserem na luta de classes no contexto do capitalismo globalizado urbano-rural. Com o avanço do meio-técnico-científico-informacional, surgem novas ferramentas que promovem a globalização sobre esses territórios, explorando-os e maximizando o lucro através do que é denominado de Colonialismo Digital e/ou colonialismo de Dados. Isso caracteriza a era do capitalismo de vigilância, em que todos os aspectos da experiência humana são explorados para a acumulação de capital. O movimento Por Uma Educação do Campo é apresentado como um contraponto a essas formas de exploração, e a pesquisa realizada aborda o tema por meio de uma pesquisa bibliográfica que permite uma análise ampla de fenômenos já estudados. O objetivo deste artigo é entender como essas novas formas de exploração afetam o território camponês e como o movimento Por uma Educação do Campo pode ser utilizado como uma alternativa para mitigar os efeitos e avanços dessa exploração e expropriação dos aspectos educacionais, culturais, políticos, sociais e econômicos dos territórios e povos do campo.

Palavras-chave: território; Educação do Campo; globalização; colonialismo digital; colonialismo de dados.

Abstract

The countryside is recognized as a diverse place, formed by territorial identities that are inserted in the class struggle in the context of globalized urban-rural capitalism. With the advance of the technical-scientific-information environment, new tools emerge that promote globalization over these territories, exploiting them and maximizing profit through what is called Digital Colonialism and/or Data Colonialism. This characterizes the era of surveillance capitalism, in which all aspects of human experience are exploited for the accumulation of capital. The Movement for a Field Education is

* Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Santa Maria, RS, Brasil. E-mails: kaua1003@gmail.com; anemeurer@gmail.com

presented as a counterpoint to these forms of exploitation, and the research conducted addresses the topic through a bibliographical research that allows a broad analysis of phenomena already studied. The objective of the research is to understand how these new forms of exploitation affect the peasant territory and how the movement for a Field Education can be used as an alternative to mitigate the effects and advances of this exploitation and expropriation of the educational, cultural, political, social and economic aspects of the territories and peoples of the countryside.

Keywords: territory; Field Education; globalization; digital colonialism; data colonialism.

Introdução

O território camponês historicamente é marcado pela resistência aos modelos econômicos hegemônicos, torna-se fundamental que o território enquanto espaço-tempo vivido seja múltiplo, diverso e complexo. Diante disso, o território está interligado a ideia de poder, no sentido mais concreto, de dominação e no sentido simbólico de apropriação (FERNANDES, 2002); (HAESBAERT, 2005).

Diante desta perspectiva, é necessário compreender que o campo é um lugar diverso, formado pelas identidades territoriais em que “se articulam a totalidade das relações sociais que é a luta de classe no capitalismo globalizado urbano-rural” (CAMACHO, 2019, p. 40). A partir desse aspecto, o modo de produção capitalista avança sua territorialização sobre diversos territórios contra hegemônicos, como camponeses e indígenas.

Com o avanço do meio-técnico-científico informacional surgem novas ferramentas que possibilitam maior fluidez da globalização sobre esses territórios, utilizando-se da evolução técnica como forma de explorar e maximizar o lucro sobre o trabalho. Nesse contexto surge o que pode ser denominado de Colonialismo de Dados (COULDRY; MEJIAS, 2018); (SILVEIRA, 2021) e/ou Capitalismo Digital (KWEL, 2019); (LIPPOLDI; FAUSTINO, 2022). Assim, presenciamos de acordo com Zuboff (2021) a era capitalismo de vigilância que se alimenta de todo o aspecto e de toda a experiência humana para uma nova lógica de acumulação.

O movimento Por Uma Educação do Campo (CALDART, 2002); (FERNANDES; MOLINA, 2004) pode servir como contraponto a essas novas formas

de exploração. Dessa forma, esse artigo realizou reflexões a partir da pesquisa bibliográfica, utilizando-se de materiais já acumulados historicamente sobre a temática, principalmente livros e artigos científicos. Para Gil (2008, p. 50) “a vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. A investigação bibliográfica permite compreender os fenômenos em sua complexidade, para buscar alternativas as complexidades presentes na atualidade.

A possibilidade de busca por alternativas se utiliza da pesquisa bibliográfica, pois, é importante para compreender diferentes fenômenos que são partes de problemas estruturais. Para Lakatos e Marconi (2010, p. 183) “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Com isso, essa pesquisa está conectada ao fato de buscar novas descobertas a partir de conhecimentos já produzidos, interligado a experiências do autor junto aos movimentos sociais e à educação do campo.

É necessário, portanto, compreender como essas novas formas de exploração afetam o território camponês e, a partir dessas análises da literatura perceber como o movimento Por uma Educação do Campo pode ser utilizado como um contraponto para mitigar os efeitos e os avanços dessa forma de exploração e expropriação dos aspectos educacionais, culturais, políticos, sociais e econômicos dos territórios, ou seja, buscar alternativas para contrapor as formas que o modo de produção capitalista avança sobre o território camponês.

Colonialismo Digital, Colonialismo de Dados e o Território na era do capitalismo de Vigilância

Para compreender o Colonialismo de Dados e Digital é necessário realizar uma análise de que estes não existem sem considerar o colonialismo histórico. Os ecos coloniais, manifestam-se a partir do enredamento já consagrado entre colonialismo e capitalismo (FERREIRA, 2021). Nesse sentido, é necessário considerar a forma, a escala e o contexto dos processos coloniais, além de como se modificam ao longo do tempo e conseqüentemente impactam os territórios.

Inicialmente, deve-se ter a compreensão que o colonialismo “não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado puro” (FANON,

2022, p. 58). Assim, Quijano considera que as “experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram-se configurando como um novo universo de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada” (QUIJANO, 2010, p. 74). Assim, para Faustino e Lippold:

Há, portanto, uma relação histórica entre capitalismo, colonialismo e racismo. Mas essa relação de exploração e violência pautada pelo universalismo diferencialista não se limitou ao período “primitivo” (inicial) do capitalismo mercantil nem àquele da indústria madura cuja mão de obra escrava fornecia o algodão que alimentava a produção têxtil. A violência colonial se atualizou diante das necessidades dos novos estágios de acumulação capitalista (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023, p.57).

Estamos diante, conseqüentemente, do que Fanon descreveu ainda no século passado que: “ao se dar conta da impossibilidade de manter sua dominação nos países coloniais, a burguesia colonialista decide travar um combate de retaguarda no campo da cultura, dos valores, das técnicas etc.” (FANON, 2022, p. 41). Assim, “a colonização não apenas ampliou os níveis de acumulação de capital nos centros capitalistas, como lhes garantiu válvulas econômicas e sociais de escape para as contradições de classe nas metrópoles” (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023, p. 60).

Arelado a esse aspecto, ocorre uma transformação significativa nos mercados por meio do aprofundamento financeiro sob os territórios. Atualmente, “o capital viaja além das limitações das fronteiras geográficas que definiram a cartografia da modernidade, em direção ao ciberespaço, ou seja, em direção ao tempo” (CORONIL, 2010, p. 57). Ao considerar a contemporaneidade dos territórios, estes tornam-se espaços de ação e poder, possuindo diferentes inserções na globalidade que é historicamente fragmentada (NEVES, 1994).

Para Saquet, no entanto, “o território significa uma *realidade material e técnica*” (SAQUET, 2006, p. 76). Por isso, surge a necessidade de, ao realizar análises sobre os territórios e suas multiplicidades, ser essencial considerar a técnica. Para Milton Santos “a técnica é necessariamente espaço” (SANTOS, 2020, p. 47). É a técnica que permite, segundo o autor, “considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica” (SANTOS, 2020, p. 49). O conceito de técnica se torna essencial para compreender a realidade histórica e material dos territórios.

Milton Santos descreve a técnica, portanto, como:

a principal forma de relação entre o ser humano e a natureza, ou melhor, entre o ser humano e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o ser humano realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada” (SANTOS, 2020, p. 29).

No presente, para Santos (2001, p. 12), “o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica”. Conquanto, para Geiger “gradativamente foi aumentando a mobilidade geral dos fluxos, e sua velocidade que, na era da eletrônica e da informatização, conduziram a assim chamada *globalização*” (GEIGER, 1994, p.239). Diante deste aspecto, Neves (1994) trata a globalização inevitavelmente como sinônimo de homogeneização.

A globalização, assim, ao “promover a espacialização da economia, atingindo estruturas territoriais tradicionais, na realidade tanto o faz ampliando as escalas de novas formas de organização, como pela sua fragmentação em pequenas unidades” (GEIGER, 1994, p. 242). No momento que a globalização permite homogeneizar os territórios e tem como estrutura central a economia, torna-se central analisar a globalização de acordo com Santos (2001, p.12) como “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2001, p. 12).

Atualmente, de acordo com o autor, estamos diante de um período inédito, o qual se utiliza de inúmeros recursos da técnica e da ciência, que apropriados pelo capital resultam em novas formas de apropriação sobre os países periféricos. Esse sistema se confunde por meio de diversas combinações entre sistemas de ações e sistemas técnicos, formando a partir da historicidade e da geografia uma globalização heterogênea e estrutural (SANTOS, 2001).

Diante dessa análise, Peinado (2001) retrata a globalização a partir de três dimensões: a real, a política e a ideológica. Assim, ele conclui que “a globalização, mais que uma realidade nova, é uma ideologia e a política do capital na sua fase atual de reprodução” (PEINADO, 2001, p. 46). De acordo com o autor, a situação nova da globalização está na combinação da economia e da tecnologia, ambos com implicações históricas.

O fenômeno da globalização para Geiger (1994, p. 242) implica fragmentação, ou seja, “Sua dimensão econômica mostra novas formas da internacionalização da economia, apoiadas na alta tecnologia” (GEIGER, 1994, p. 242). Assim, Coronil retrata que esse processo ocasiona não apenas a ampliação do mercado num espaço geográfico,

mas a concentração de capital em um espaço social, ao mesmo modo “o capital internacional se torna mais móvel e se separa de suas localizações institucionais anteriores” (CORONIL, p.56, 2005). Ou seja, o capital recria suas formas para se expandir sobre as mais diversas territorialidades.

Os pilares do capitalismo globalizado, para Milton Santos, se dão a partir da tirania do dinheiro e da informação (SANTOS, 2001, p. 17). A partir dessa análise, Santos (2001) retrata os traços do atual período histórico através do papel despótico da informação. Ao mesmo modo que as novas condições técnicas deveriam permitir uma ampliação do conhecimento dos objetos, das sociedades ou do planeta como um todo, as técnicas, nas condições atuais, a partir da técnica da informação “são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares” (SANTOS, 2001, p. 19). Entende-se, portanto, que as técnicas, principalmente da informação, são utilizadas para manter a perpetuação de atores hegemônicos do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, o meio técnico-científico-informacional altera as relações espaciais e acelera o processo da globalização, proporcionando o aumento de desigualdades nos territórios. Assim, a resistência ao modelo globalizado hegemônico passa pela permanência dos sujeitos no campo. Diante desse aspecto, é necessário considerar o campo como a efetivação da identidade territorial camponesa, refletindo o contraponto ao latifúndio, a exploração do trabalho, a monocultura e todas as formas de exploração do capital sobre os territórios (CAMACHO, 2019); (FERNANDES, 2002).

A principal característica da expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro possui seus desdobramentos, portanto, a partir da monopolização e territorialização da terra sob o domínio do capital e dessa modernização para superar o velho e o atrasado, implementando a cultura do agronegócio (LIMA, 2007, p. 137). Embasado nessa perspectiva, a globalização provoca desarticulações internas em todo espaço e no campo não é diferente. Silva (2013, p.82) conceitua esse processo como agronegócio globalizado, em razão da inserção do modelo de avanço de técnicas no campo, ocasionando a cientificização da paisagem. Lima descreve que: “dessa forma, cria-se a subordinação e sujeição da pequena produção ao capital através da dependência à indústria de insumos, maquinários, assistência técnica e as políticas creditícias” (LIMA, 2007, p. 137).

Diante desta perspectiva, torna-se essencial reafirmar que os empreendimentos de realização de capital no campo, se dão, principalmente em parceria com o Estado, através de políticas neoliberais, intensificando o processo de desterritorialização dos territórios não capitalistas, obrigando comunidades camponesas e indígenas, por exemplo, a estarem subordinadas aos territórios do monopólio do capital (LIMA, 2007). Outro ponto que caracteriza a inserção do processo de globalização no campo é o avanço da financeirização da atividade agrícola e circulação de capitais no campo, pois, um dos alicerces do agronegócio exige a circulação de créditos para possibilitar uma maior articulação entre a agricultura, o comércio, as indústrias e o setor bancário (SILVA, 2013, p.77).

Historicamente, as desigualdades do espaço rural são oriundas do processo de privatização e monopolização da terra, com o avanço do processo de globalização, as técnicas permitem o avanço do monopólio também do meio digital, influenciando diretamente os territórios do campo. Ou seja, diante da luta pela terra surgem novas formas de exploração, que contribuem para a manutenção de velhos monopólios, além da expansão de novos monopólios, resultando novas contradições sobre o campo e consequentemente a necessidade de novas formas de resistência.

As chamadas *Big Techs*, conhecidas por serem grandes corporações que detém o monopólio do ramo digital, ou seja, empresas que “representam um elo fundamental desse estágio de acumulação capitalista, principalmente pelo fato de controlarem amplos setores econômicos e se tornarem cada vez mais elementos centrais para a produção e reprodução capitalista” (LIPPOLD; FAUSTINO, 2022, p. 59). Para Silveira esses aspectos “se mantêm por meios materiais, por mentalidades e por relações de subordinação, sujeição e de inferiorização de modos de vida, de saberes e de conhecimentos” (SILVEIRA, 2021, p. 36). Ou seja, são novas formas do capitalismo se expandir através de todo o aspecto da vida humana (ZUBOFF, 2021).

Essas corporações que possuem o protagonismo do ramo tecnológico são exemplos nítidos do colonialismo digital, o qual, as empresas estrangeiras - principalmente com sede nos Estados Unidos, minam o desenvolvimento local, ocasionando domínio de mercado, extraindo receitas do sul global a partir do monopólio da estrutura e arquitetura digital, resultando nas novas formas de controle imperial sobre os países subdesenvolvidos (KWET, 2019).

O colonialismo digital, portanto, para Avelino (2021, p. 75), “é caracterizado pela prática de aprisionamento tecnológico no ecossistema digital de dispositivos eletrônicos, protocolos de rede, linguagens de máquina e programação”. Já, a prática de colonialismo digital, para Lippold e Faustino (2022), consiste na corrida de disputa pelo controle de determinados nichos de mercado, mas, sobretudo, “pelo controle político, econômico e ideológico de determinados territórios e insumos estratégicos” (LIPPOLD; FAUSTINO, 2022, p. 63). Na atualidade, para Zuboff (2021, p. 29), surge uma nova forma de exploração dos territórios, a partir de uma nova lógica de acumulação que se utiliza de todo o aspecto de toda a experiência humana, denominado pela autora de capitalismo de vigilância.

As formas digitais de poder para Kwet (2019) “estão ligadas através dos três pilares centrais do ecossistema digital: *software*, *hardware* e conectividade de rede” (KWET, 2019, p. 08). O *software* para o autor consiste no conjunto de instruções que determinam como o equipamento pode atuar. Já o *hardware* é o equipamento no seu estado físico usado para a instalação destas experiências computacionais. Por último, a rede é o conjunto de protocolos e padrões que os *softwares* se utilizam para realizar conexões e se comunicarem entre si (KWET, 2019). Com base na utilização do ecossistema digital surge o que é denominado de colonialismo de dados, o qual, o capital se apropria e trata os seres humanos - como propriedades – com objetivo de maximização dos lucros, no caso atual, através da exploração e manipulação de dados (FERREIRA, 2021).

A partir desse entendimento, pode-se compreender o que é denominado como Colonialismo de Dados que poderá fornecer “as condições prévias para uma nova etapa do capitalismo que ainda mal podemos imaginar” (COULDRY; MEJIAS, 2018, p.337). Nesse sentido, Couldry e Mejias retratam que o colonialismo não pode ser usado apenas como uma metáfora e “nem como um eco ou simples continuação de formas históricas de colonialismo territorial, mas para se referir a uma nova forma de colonialismo característica do século XXI: o colonialismo de dados” (COULDRY; MEJIAS, 2018 p. 337). Por consequência, para Ferreira (2021, p. 57) o conceito de colonialismo de dados é conhecido por caracterizar as plataformas digitais - *Big Techs* - e seus aspectos de exploração econômica.

O avanço das tecnologias da informação e da comunicação, atrelados ao neoliberalismo, principalmente após o fim da Guerra Fria, foram fundamentais para o surgimento do colonialismo de dados. Assim, em um mundo cada vez mais conectado, os estudos decoloniais “devem começar a considerar as mudanças profundas que ocorrem nesta sociedade global digital e dataficada, que aprofunda o abismo entre as nações mais ricas e as mais pobres” (CASSINO, 2021 p. 31). Esse contexto, apesar da intensa desigualdade, possibilitou um aumento da produção de riqueza que jamais se imaginara, resultado da modernidade da industrialização e das novas práticas do capitalismo das formas de produção em massa (ZUBOFF, 2021).

O desenvolvimento das tecnologias digitais e da comunicação “ampliaram as desigualdades e a violência próprias à divisão internacional, regional e racial do trabalho” (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023, p.23). Assim, percebe-se para Silveira que quanto mais a indústria avança sobre o processo de divisão do trabalho, “mais vai substituindo o trabalho vivo pelo trabalho objetivado, mais distantes ficam os trabalhadores da apropriação, do fruto de seu trabalho” (SILVEIRA, 2023, p.20). Esse caráter possibilita uma forma de alimentar ainda mais a alienação sobre o trabalho.

Essa nova era da exploração ou que Zuboff denomina de capitalismo de vigilância propicia o que Silveira descreve como:

uma informática de dominação, uma computação que bloqueia a tecnodiversidade e as possibilidades dos povos de criarem e recriarem seus aparatos tecnológicos. Mulheres, negros, povos originários, são orientados a se contentar com a condição de usuários das soluções criadas pelas big techs. O colonialismo dissemina que o único modo de criar tecnologias é esse que nos suborna e nos modula. Afinal, as plataformas digitais alegam buscar apenas e tão somente a melhora de nossa experiência. Para tal, extraem constantemente nossos dados a fim de realização predições, a ponto de não precisarmos mais querer, uma vez que os algoritmos que aprendem com os dados de comportamento poderão prever nossas vontades (SILVEIRA, 2023, p.18).

Diante deste aspecto, Faustino e Lippold retratam que a democracia e o bem-estar social, fundamentais para a reprodução capitalista nas metrópoles “nunca foram viáveis nas colônias, territórios rasgados pela violência em estado bruto e pela racialização. Essa dimensão também se agrava com o advento do colonialismo digital” (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023, p. 86). Nesse sentido, “essa lógica reforça a colonialidade, uma vez que a margem de manobra e as opções para encontrar outras saídas longe da compra de produtos e serviços das grandes corporações dos países ricos seriam muito pequenas ou inexistentes” (SILVEIRA, 2021, p. 38). Esse fato pode ser

corroborado com o que Silveira (2021) descreve de uma denominada transformação digital dos Estados que vangloriam a redução de custos através do uso de tecnologia digital.

Com isso, Haesbaert (2005) ao caracterizar o território pela perspectiva da relação de poder no sentido mais concreto - de dominação, permite compreender a forma com que Zuboff caracteriza o capitalismo de vigilância: como um poder instrumentário nefasto que a partir do histórico da ambição capitalista reivindica “um domínio sobre os territórios humano, social e político que vai muito além do terreno institucional convencional da empresa privada ou do mercado” (ZUBOFF, 2021, p. 33).

Essas transformações para Couldry e Meijas “representam algo que se aproxima da apropriação pelo capital de todo o domínio da vida social, e muito da vida individual também, uma apropriação que constitui o momento colonial do capitalismo contemporâneo” (COULDRY & MEJIAS, 2018 p. 342). Assim, se bem-sucedido esse processo, a vida cotidiana terá em sua totalidade se incorporado ao processo capitalista de produção. No entanto, de acordo com Souza, apesar de os sistemas algoritmos ainda estarem em seu início em relação ao potencial, não podemos deixar de considerar que esse processo será base para um novo arranjo social e aprofundará o controle e as desigualdades na sociedade, aumentando a dependência de uma série de países no sistema mundial (SOUZA, 2021).

O colonialismo Digital, portanto, está presente sobre os territórios a partir do poder político que as corporações da indústria digital possuem. Assim:

O poder geopolítico das *big techs* é acrescido da centralidade das tecnologias informacionais na produção e no funcionamento de diversos ramos estratégicos, entre os quais se destacam as indústrias bélicas, de transporte e de comunicações. Além disso, elas exercem influência indireta sobre a opinião pública, a depender de como direcionam o conteúdo disponível em suas plataformas (LIPPOLD; FAUSTINO, 2023, p. 87).

Estamos diante de um verdadeiro extrativismo violento, não podendo ser reduzido a apenas um mero discurso de poder, que insere e acompanha os indivíduos inevitavelmente a uma relação de colonização (LIPPOLD; FAUSTINO, 2022); (COULDRY; MEJIAS, 2018). Esse extrativismo só é possível através desse capitalismo de vigilância, o qual para Zuboff (2021) acumulou com rapidez um poder instrumentário que excede as ambições históricas capitalistas, possibilitando reivindicar um território que vai além do terreno institucional da empresa privada ou do mercado, ocasionando um domínio sobre os territórios humano, político, cultural, educacional, social e até mesmo militar.

As diretrizes da Educação do Campo em oposição ao colonialismo digital

No mundo globalizado estão presentes dinâmicas muito aceleradas de mercantilização e privatização da natureza. Essas características também podem ser observadas em análises em escala da América Latina, mas também, a nível local. Essa dinâmica está presente de acordo com Domínguez (2017) em razão do conjunto de ações do capital que provocam distorções e fragmentações socioambientais, conflitos pela terra, impactos das megas mineradoras, processos de desterritorialização de pessoas e saberes.

As ações do capital globalizado sobre o campo podem ser notadas mais nitidamente, a partir do contexto da “Revolução Verde” nos anos 1960, adquirindo uma forma mais efetiva no Brasil a partir dos anos de 1970. A partir dessa análise, Lima (2007) caracteriza que esse fenômeno se expande a partir de políticas de desenvolvimento com “pacotes tecnológicos” e um discurso de modernização que em seu núcleo, eleva a conciliação entre Estado e capital. Como consequência, direciona um maior controle da terra e do trabalho via propriedade privada, extraindo renda e lucro a partir do monopólio da terra.

Diante disso, Oliveira considera que “esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo” (OLIVEIRA, 2007, p. 8). Desse modo, para Santos “se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações (SANTOS, 2001, p. 88). Assim, Lima (2007) estima que houve um aumento das contradições entre campo e cidade e o surgimento de uma nova divisão do trabalho.

Esta dinâmica está atrelada para Domínguez (2017, p. 92) ao comércio mundial de commodities, da necessidade do capital financeiro de interferir sobre as fronteiras agrícolas e governos, que provoca destruição das florestas, degradação dos biomas, expulsão de trabalhadores rurais e na dificuldade de alcançar uma soberania alimentar. O campo, portanto, torna-se um palco de transformações das estruturas produtivas, integradas aos mercados, aos processos de internacionalização financeira e submetida em particular, a revolução tecnológica, que elimina as barreiras físicas do espaço e permite uma comunicação instantânea.

A educação do campo contribui como produtora de um conhecimento que resiste e constrói suas próprias referências para a solução de uma outra lógica de produção em contraponto a modelo hegemônico neoliberal do campo (CALDART, 2009. p. 38). Assim, para Sousa (2017), a partir dessas contradições que os movimentos sociais e educadores vêm modificando a luta para uma proposição de mudanças estruturais no campo a partir da educação.

O Movimento Por uma Educação do Campo, possui para Caldart (2002, p.12) dois objetivos: o primeiro de mobilizar o povo que vive no campo, suas diferentes identidades e suas organizações para lutar e construir políticas públicas voltadas para a educação, além de contribuir nas reflexões político-pedagógica de uma educação voltada para o campo. Através dessa perspectiva, a “Educação do Campo procura romper com a alienação do território, construindo conhecimentos a partir da relação local - global – local” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 40).

A questão central para Caldart (2009, p. 47) é reconhecer as especificidades dos processos produtivos, compreender historicamente como foram formadas as relações que acontecem no campo, sendo fundamentais para explicitarem os termos sociais necessários para a superação das contradições do campo. Nesse sentido, cabe a Educação do Campo “construir uma pedagogia a partir das especificidades da territorialidade do campesinato que está inserido no interior da totalidade das relações sociais sob o modo de produção capitalista globalizado” (CAMACHO, 2019, p. 40). A Educação do Campo, portanto, possui o desafio de construir uma pedagogia voltada para a diversidade que está presente no campo.

A questão central inicialmente para Caldart (2009), é reconhecer as especificidades dos processos produtivos, compreender historicamente como foram formadas as relações que acontecem no campo, sendo fundamentais para explicitarem os termos sociais necessários para a superação das contradições do campo. Torna-se essencial também, compreender a importância da territorialidade dos movimentos sociais e seus vínculos com a produção e reprodução socioculturais dos sujeitos do campo.

As diretrizes da Educação do Campo podem servir como um contraponto ao colonialismo digital, pois, para Camacho, o ápice do capitalismo territorializado no campo, significa o fim dos camponeses enquanto classe e/ou modo de vida territorializado, por isso da impossibilidade de pensar Educação do Campo “sem o

campo, sem as contradições, os conflitos, as disputas territoriais, a violência, a expropriação, a resistência e, principalmente, sem os movimentos socioterritoriais camponeses, precursores da Educação do Campo” (CAMACHO, 2019, p. 52).

Durante a pandemia do COVID-19, com a necessidade de ferramentas como a internet para propiciar a educação a distância, acelerou um processo em curso de expansão das infraestruturas de comunicação e internet no campo. A pesquisa Tic Domicílios (CGI.br, 2020) demonstra que o número de domicílios rurais com acesso à internet passou de 51% de casas no ano de 2019 para 71% em 2021. Essa conectividade, entretanto, principalmente quando se trata de educação, propicia também um aumento da expansão das *Big Techs* no campo brasileiro. Durante a pandemia, por exemplo, aplicativos como o *Google Meet* expandiram seu número de usuários em 270% de acordo com dados do próprio *Google* reportados pelo site Olhar Digital (2021), essa expansão também foi vista nas escolas do campo, visto que grande parte se utilizara desse aplicativo para realizar aulas remotas.

No Rio Grande do Sul, o programa Avançar na Educação, do Governo Estadual, é um exemplo de expansão das *Big Techs* sobre a educação, a partir da parceria entre Governo Estadual e *Google*. De acordo com a Secretaria de Educação do Estado, o objetivo do programa é adquirir cerca de 90 mil *Chromebooks* para a distribuir para escolas e professores. A parceria começou com a necessidade de ampliar o acesso tecnológico de alunos e professores ainda na pandemia para as aulas remotas. Em 2020 o governo já havia adquirido 50 mil *Chromebooks*, um investimento inicial de um R\$ 83,6 milhões de reais.

A parceria entre o *Google* e o Governo do Rio Grande do Sul permitiu também o uso da plataforma *Google Sala de Aula* nas escolas estaduais. Assim, alunos e professores tiveram que repassar seus dados privados para a *Google*, pois para acessar a plataforma, deve ter uma conta associado a ela. Ou seja, de acordo com matéria do Sul21 (2020), está ocorrendo a plataformização da educação sem a discussão do ponto de vista das políticas públicas, sem considerar a mineração de dados das *BigTechs* e sua expansão sobre os territórios.

O aumento da conectividade do sul global está atrelado ao uso de aplicativos hegemônicos e na educação, portanto, não é diferente. A Educação do Campo, no entanto, deve ser um contraponto e servir como um espaço de diálogo e reflexão sobre

qual o tipo de conectividade deve estar inserido no campo, que não esteja a serviço de uma nova forma de exploração dos territórios e não reduza o campo a mero território extrativista de dados de informação e acumulação primitiva de dados (LIPPOLD; FAUSTINO, 2022). Torna-se indispensável que o avanço da conectividade no campo sirva como ponte para o avanço de políticas que proporcionem o desenvolvimento rural e não o aumento de sua dependência ao capital.

É necessário romper com o que Silva descreve como “uma sociedade da caixa-preta, que oculta de maneiras cada vez mais tecnológicas, complexas e difusas as delegações de poder e dominação” (SILVA, 2021, p. 90). É necessário romper também com velhos monopólios como o caso da Terra e isso só será possível com o rompimento também de novos monopólios que surgem no caso do ambiente digital. Para além, a Educação do Campo, portanto, pode ser utilizada também para rejeitar o colonialismo de dados, porque para Couldry e Mejias “rejeitar o colonialismo de dados não significa rejeitar a coleta e o uso de dados em todas as suas formas. Mas significa rejeitar a forma de apropriação de recursos e a ordem social que a prática contemporânea de dados representa” (COULDRY; MEJIAS, 2018, p. 346). Um primeiro passo, portanto, é compreender como essa apropriação funciona para criar mecanismos de mitigar esse processo.

Considerações Finais

No contexto do capitalismo de vigilância, portanto, torna-se essencial pensar estratégias para que as tecnologias sirvam às necessidades das comunidades locais e ao bem-estar coletivo, e não apenas às grandes corporações empresariais. É preciso, para Silveira (2021, p. 50) criar condições para que as tecnologias possam ser utilizadas de forma justa e equitativa, superando as assimetrias e desigualdades do capital existentes nos mais diversos locais, mas, principalmente no espaço rural brasileiro.

É fundamental, no entanto, pensar a multiterritorialidade como perspectiva para construir uma outra sociedade, mais igualitária e multiculturalmente conhecedora das diferenças humanas (HAESBAERT, 2005). Assim, torna-se necessário que o Estado promova políticas públicas em diversas frentes e de maneira consistente para mitigar esse processo de ascensão de mais uma forma perversa de avanço do capital sobre os territórios que afeta os mais diversos aspectos da vida humana.

A curto prazo para Avelino (2021, p. 86) “é preciso sensibilizar os usuários no que se refere aos reflexos da coleta de seus dados, bem como favorecer que utilizem sistemas e aplicativos com licenças livres e ferramentas que obstruam as estratégias de rastreamento online”. É necessário que os movimentos socioterritoriais estejam inseridos no debate sobre o tema, para garantir a formação e aprofundar o debate sobre essa relação com o campo. Para isso, é preciso que as escolas do campo sejam ferramentas para o processo de conscientização, realizando formações continuadas, utilizando de suas formulações para contrapor estas novas formas de exploração pelo capital nos territórios do campo.

A incorporação de softwares livres como ferramenta pedagógica é uma das possibilidades para garantir o acesso à tecnologia educacional e a soberania digital nas escolas do campo, permitindo aos educandos e educadores acessar e utilizar as ferramentas sem a necessidade de pagar licenças e ter seus dados pessoais violados. Porém, em razão do monopólio do uso de ferramentas digitais por empresas privadas, essas ferramentas não chegam nesses locais, tornando fundamental o contato da universidade junto as escolas do campo para mapear as necessidades e encontrar soluções através da pesquisa e do ensino para diminuir as desigualdades, a desinformação e as novas formas de exploração. Para além, é necessário incentivos e investimentos por parte do Estado para investir não apenas em plataformas hegemônicas, mas plataformas próprias e soberanas. Estas plataformas devem ser construídas e discutidas amplamente com a sociedade a partir de seus territórios e culturas.

Compreendendo essas análises da literatura, percebe-se como o movimento Por uma Educação do Campo pode ser utilizado como um contraponto para mitigar os efeitos e os avanços dessa forma de exploração e expropriação dos aspectos educacionais, culturais, políticos, sociais e econômicos dos territórios, ou seja, buscar alternativas para contrapor as formas que o modo de produção capitalista avança sobre o território camponês. A Educação do Campo deve estar inserida na construção de resistência a essas novas formas de exploração, possibilitando a reivindicação de que as estruturas tecnológicas sejam distribuídas de forma igualitária para suas escolas e população, porém, seja uma tecnologia voltada para os interesses locais, utilizando-as de maneira crítica e compreendendo a necessidade de incluir uma nova forma de soberania, a tecnológica.

Referências

- ANDRADE, Manuel. Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. *In*: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUSA, Maria Adélia A. de. (org.) **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994 p. 213-220.
- AVELINO, Rodolfo. Colonialismo Digital: Dimensões da colonialidade nas grandes plataformas. *In*: CASSIANO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (org.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal – São Paulo, SP. Autonomia Literária**, 2021. pp 69-86.
- CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo. *In*: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, 2002.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. **Rev. Nera**. [S.I.], n.48, pp. 38-57, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i48.6364>
- CGI.BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil: pesquisa **TIC Domicílios**, ano 2019: Relatório de coleta de dados. São Paulo: CGI.br, 2020.
- COLONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 55-68
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. “Data Colonialism: Rethinking Big Data’s Relation to the Contemporary Subject”. **Sage Journals**, set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1527476418796632>
- DOMÍNGUEZ, Ana. La territorialización del capital y la monopolización del territorio pampa. *In*: WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (org.). **Olhares sobre o Pampa: um território em disputa**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.
- FAUSTINO, Deivison.; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. *In*: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, 2002. p 61-70.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio.; SPOSITO, Eliseu Savério. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna.; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 32-53.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. O que é (ou o que estamos chamando de) ‘Colonialismo de Dados’? **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, [S. l.], v. 5, n. 10, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31657/rep.v5i10.458>

GEIGER, Pedro. P. Des-territorialização e espacialização. *In*: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. Laura; SOUSA, Maria Adélia A. de. (org.) **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994 p. 233-246.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GOMES, Luís. Educação vigiada: Em troca de parcerias ‘gratuitas’, governos entregam a grandes empresas dados da educação pública. **SUL21**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2020/07/educacao-vigiada-em-troca-de-parcerias-gratuitas-governos-entregam-a-grandes-empresas-dados-da-educacao-publica/> . Acesso em: 22 jun. 2023.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. **Anais...** São Paulo: USP, Departamento de Geografia, 2005

KWET, Michael. Digital colonialism: US empire and the new imperialism in the Global South. **Race & Class**, 60(4), 2021. p. 3-26. DOI: <https://doi.org/10.1177/0306396818823172>

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**: técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, José Renato. Contradições na produção do espaço rural brasileiro: modernização do campo, **Espacialização da pobreza e resistência**. GEONORDESTE, Ano XXIII, n.1, 2007, p. 136-155.

LIPPOLD, Walter.; FAUSTINO, Deivison. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. **Germinal**: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 56–78, 2022.

NEVES, Gervásio. Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). *In*: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. Laura; SOUSA, Maria Adélia A. de. (org.). **Território**: Globalização e fragmentação. 5. ed., São Paulo: Hucitec; Anpur, 2002.

OLHAR DIGITAL. Um ano depois de se tornar gratuito, Google Meet cresce 275% no Brasil. (Editado por Lyncon Pradella) **Olhar Digital**, 2021. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/04/29/internet-e-redes-sociais/um-ano-depois-de-se-tornar-gratuito-google-meet-cresce-275-no-brasil/> . Acesso em: 22 jun. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, p. 184, 2007.

PEINADO, Javier Martínez. **El capitalismo global: limites al desarrollo y a la cooperacion**. 2 ed. Icaria, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, v. 8, n. 16, 4 fev. 2010. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.v8i16.a13521>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Governo inicia entrega de 50 mil Chromebooks para a Rede Estadual de Ensino**. SEDUC RS, 2020. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/governo-inicia-entrega-de-50-mil-chromebooks-para-a-rede-estadual-de-ensino/>> . Acesso em: 22 jun. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Avançar na Educação**, SEDUC RS, 2021. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/avancar-na-educacao/> . Acesso em: 22 jun. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurelio. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, v. 8, n. 15, 2010. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.v8i15.a13511>

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Globalização, agricultura e a formação do meio técnico-científico-informacional em Rondônia. **Acta Geográfica** (UFRR), p. 69-83, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5654/actageo2013.0715.0005>

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. *In*: CASSIANO, João Francisco; SOUZA, Joyce Souza; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (org.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021. p. 33-52.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. 800 p.

Recebido em 07/08/2023.

Aceito para publicação em 07/09/2023.